

DIRETORES :

✻✻ Escola Superior de Agricultura e
Veterinária do Estado de Minas Gerais

VIÇOSA — E. F. Leopoldina

Prof. Nello de Moura Rangel
Prof. Geráldo G. Carneiro
Prof. Octávio A. Drummond
Prof. Joaquim F. Braga
Prof. Edgard Vasconcellos
Prof. Arlindo P. Gonçalves

Serviço de Extensão Agrícola para a Zona da Mata do Estado de Minas Gerais (*)

G. CORRÊA

(Do Departamento de Horticultura)

O presente trabalho, em virtude de sua natureza e extensão, foi elaborado da seguinte maneira: — I. Serviço de Extensão Agrícola e seus objetivos; II. Possibilidades da aplicação do Serviço de Extensão Agrícola na Zona da Mata; III. Plano do Serviço.

I — Serviço de extensão agrícola e seus objetivos.

O serviço de extensão agrícola é uma modalidade do ensino agrícola de aplicação direta no seio da lavoura. É uma organização que já existe em muitos países e cuja aplicação no Brasil, mediante plano estabelecido, muitos benefícios daria às classes rurais, uma vez que a sua finalidade precípua é levar ensinamentos aos fazendeiros, dentro de suas fazendas. A sua organização, em virtude de sua finalidade, de aplicação imediata, envolve a cooperação de todos os três poderes: o federal, o estadual e o municipal. Pessoas de grande responsabilidade na administração do País e no andamento geral das nossas questões agrícolas têm escrito apresentando magníficas idéias sobre esse magno problema, formulando sobre o mesmo vários planos, com o

fim de melhorar, em todos os sentidos, as condições dos homens da lavoura. A influência de muitos fatores alterou e fez mesmo abortar aqueles planos e aquelas tentativas, privando a coletividade rural, por muitos anos, dos grandes benefícios de um serviço nos moldes dos que já tem sido organizados, em outros países da América.

Já em 1927, o Snr. I. W. Hill (1) do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, escrevia: «A observação nos ensina que temos uma grande quantidade de lavoura mal feita. A lavoura rural mal feita redundará muitas vezes em práticas condenáveis, passadas de geração em geração e que não podem ser alteradas por meras palavras. *E' necessário mostrar ao lavrador como se devem fazer as cousas*». (O grifo é nosso).

Para nós, ainda hoje, em 1940, podemos tomar essas palavras do Dr. I. W. Hill como ponto de partida. Estamos assistindo ao enfraquecimento rápido da lavoura nacional devido ao seu depauperamento contínuo. É chegado o momento de fazer com que o fazendeiro aproveite os ensinamentos e as informações certas, exatas, da agricultura racional e moderna.

Muitos ensinamentos já possuímos, muitas normas, muitos programas e muitos planos nacionais e estrangeiros que merecem divulgação e com urgência, entre os lavradores, por meio de ação direta e eficiente. A hora é de estabelecer o programa e cumpri-lo à risca. A mentalidade nacional deve, pois, voltar atentamente as vistas para os acontecimentos que se desenvolvem no mundo e ver que o panorama do país está exigindo o renascimento e o despertar da energia nacional para empreendimentos de resultados mais seguros. O momento que ora atravessamos ainda se apresenta com muitas de certas características assinaladas por João Pínhairo, (2) quando, em 1905, chamado pelo povo para governar, lançou no seu manifesto, um programa de ação que ecoou em todo o país, como um hino de vida e alento a todo um povo: «Inútil seria insistir, diz o grande estadista, nessa quadra em uma obra de reconstrução, que só poderia resultar das ruínas que ocasionasse e do convencimento de que a felicidade da Pátria depende principalmente de *fundar-lhe a grandeza material em que assente a sua superioridade moral*.

Os povos do universo progridem rapidamente e a fatalidade desse progresso impele-os ao *imperialismo*, no qual as nações fracas serão irremediavelmente sacrificadas.

Nessa luta, infelizmente, os mais fúteis pretextos podem

prevalecer sobre os mais sagrados direitos, conforme a eficiência dos meios materiais em que os povos se apoiarem.

Cuidar, pois, dos interesses materiais da Pátria é um dever imperioso, imposto pelo instinto da própria conservação».

A situação que enfrentamos é ainda crítica e o dever imperioso do momento consiste na arregimentação de todas as forças no sentido único de imprimir-lhes uma direção tal, que seja capaz de provocar um rápido aumento e um grande melhoramento das nossas safras agrícolas.

E mais uma vez seja-me permitido dizer, neste Congresso de profissionais da Agricultura, como disse o ilustre homem de governo, que há pouco citei: — «Soôu, enfim, a hora de ação».

O serviço de extensão agrícola, quando organizado, constituirá uma dessas forças que servirá para impulsionar as nossas classes rurais para novos e maiores empreendimentos. Afirmo que a população rural está à espera desse grandioso acontecimento; preparemo-lo pois, para levá-lo, com urgência, ao seio da lavoura. Ele é o auxílio esperado. É o reforço mais importante, indispensável, para que os homens da lavoura possam continuar a sua luta titânica e interminável.

Nos Estados Unidos, o serviço de extensão — *extension service* — foi e está sendo um fator de grande contribuição para a eficiência dos colégios e das estações experimentais de agricultura.

«Até 1920, diz sobre o serviço de extensão agrícola, o Snr. H. L. Howard, (3) este novo serviço foi adotado por todos os colégios. Por esse tempo já se havia acumulado uma grande soma de informações nas estações experimentais. Por meio do serviço de extensão enviaram-se aos campos representantes dos colégios, um ou dois em cada um dos condados, possuidores de importantes interesses agrícolas. Esse movimento tomou tal incremento que hoje em dia residem em alguns condados 8 ou 10 representantes do colégio. Os agentes rurais do serviço de extensão são sempre bem instruídos em agricultura geral e bem qualificados para se utilizarem da informação científica acumulada e para interpretá-la prática e oralmente aos agricultores. Numerosas granjas já foram aparelhadas para fins de demonstrações e, mediante comités locais de agricultura, iniciaram-se as novas práticas, para cujas demonstrações são sempre convidados os agricultores do lugar. Os agentes dos serviços de exten-

são agrícola tomam parte pessoalmente nas experiências e auxiliam a interpretar os resultados».

Para completar essas informações, sobre o «extension service» dos Estados Unidos, quero trazer ao conhecimento dos Srs. congressistas, para um julgamento mais seguro do plano que irei apresentar, a contribuição à Conferência Inter-americana de Agricultura, Silvicultura e Indústria Animal realizada em Washington em Setembro de 1930, (4) contribuição esta, feita pelo comité constituído dos seguintes srs.: E. H. Shinn (presidente do comité) do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos; F. B. Munford, da Universidade de Wisconsin; J. B. Symons, da Universidade de Maryland; O. G. Croy, da Universidade de Ohio e C. H. Lane, da Junta Federal de Educação Profissional. Esta contribuição é a seguinte: «Desde o estabelecimento dos colégios agrícolas, tanto estes como o Ministério de Agricultura dos Estados Unidos, têm-se ocupado, de uma forma ou outra, do trabalho de extensão. Consistia esse serviço usualmente em preleções proferidas pelos membros do quadro dos funcionários, perante grupos de lavradores, e na distribuição de publicações. Distribuíam-se largamente entre os agricultores Bolétons de Agricultores (Farmers' Bullétons), Anuários Agrícolas (Agricultural Yearbooks), e publicações das estações experimentais. Os colégios agrícolas e os departamentos estaduais de agricultura iniciaram mais tarde um plano de institutos para agricultores em muitos dos Estados, cujas sessões geralmente se celebravam anualmente em diversas secções do Estado. Estas sessões, que duravam de um a três dias, e nas quais proferiam discursos peritos na matéria e agricultores de nomeada, popularizaram-se desde o início, e as legislaturas estaduais não tardaram em consignar verbas especiais para a sua manutenção. Contrataram para elas prelecionistas especiais dos institutos e as reuniões aumentaram rapidamente, tanto em número como em assistência.

Em 1901, quando se propagou nos Estados do Sul o gorgulho do algodão (boll weevil) causando considerável transtorno entre os plantadores, o Dr. Seaman A. Knapp, do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, iniciou o estabelecimento de granjas de experimentação, visando demonstrar como seria possível desenvolver nessa região a agricultura diversificada, estabelecendo, além do algodão, a cultura de outras safras. O incremento constante do gorgulho (boll weevil) havia desanimado muitos plantadores do sul, de maneira que estavam prontos a aceitar as recomendações dos peritos empenhados no combate a esta praga

que ameaçava destruir a sua produção principal. É opinião dos especialistas empenhados neste trabalho que as demonstrações de práticas melhoradas devem ser realizadas pelos mesmos agricultores nas suas próprias fazendas e sob condições normais.

Em 1904, mediante a cooperação do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, do Conselho Geral de Educação, várias entidades locais, foram nomeados os primeiros agentes distritais nos Estados do Sul. O grande diretor desse movimento, o Dr. Seaman A. Knapp, soube inspirar aos seus agentes e aos agricultores que com eles colaboravam uma profunda convicção da natureza altruística da empresa e imbuir neles lealdade aos princípios e métodos inculcados nos seus ensinamentos. O código de instrução do Dr. Knapp colocou o trabalho de demonstração em um plano mais elevado do que o da simples tarefa de ensinar o agricultor a duplicar a sua colheita e aumentar a sua renda. O plano visava proporcionar à população rural maior bem-estar, melhorando as condições sociais da vida nas comunidades rurais. O seu lema era: «desenvolver os recursos, aumentar as colheitas, aformosear as paisagens, alegrar os lares e, proporcionar ao povo conhecimentos abundantes relativamente a cousas úteis», e de conformidade com estes preceitos inaugurou-se um novo sistema de educação para os jovens e adultos, mediante o qual a vida rural foi remodelada, passando a ocupar um novo nível de prosperidade, conforto, influência e poder.

Até 1906, o trabalho de demonstração havia-se desenvolvido nos Estados do Norte e do Oeste e o Departamento de Administração Agrícola (Office of Farm Management) do Ministério da Agricultura também estava efetuando algum trabalho de demonstração. Em 1909 iniciaram-se as provas de demonstrações em fazendas de particulares sob a direção do agente de administração agrícola, em cooperação com a Estação Experimental de Ohio. Em Nova York e Pensilvânia empreendeu-se um trabalho da mesma natureza, e, mais ou menos nesse tempo, certos Estados consignaram verbas para esse fim e várias agências locais auxiliaram a manutenção de agentes agrícolas.

Segundo a opinião de D. H. C. True, o sistema de demonstração dos primeiros dias derramou luz sobre certos princípios fundamentais, que enriqueceram de maneira permanente o trabalho de extensão agrícola. Os seus aspectos mais importantes foram: (1) aspectos fundamentais que enriqueceram de maneira permanente o trabalho feito em

benefício da extensão agrícola; (2) o estabelecimento do sistema de agentes distritais, segundo o qual a população agrícola tem à sua disposição auxiliares e oficiais experimentados, permanentemente estabelecidos na localidade e prontos a lhe transmitir os conhecimentos úteis fornecidos pelos organismos que representam. O rápido desenvolvimento do trabalho em vários Estados apressou a aprovação da Lei Smith-Lever (Smith Lever Act) no Congresso em 1914, que dispõe o estabelecimento definitivo desse sistema em todos os Estados em cooperação com colégios e universidades dotadas de terras públicas, com os governos distritais e outras agências locais. O fim desta instituição é, segundo a lei, dar «Instrução e demonstrações práticas em agricultura e economia doméstica a pessoas que não assistem ou residem nos ditos colégios existentes nas diversas comunidades, e transmitir a tais pessoas as informações relativas aos referidos assuntos por meio de demonstrações de campo, publicações e de outros modos».

Como resultado da Lei Smith-Lever e de outras leis posteriores tem-se desenvolvido nos Estados Unidos, nos últimos 25 anos, um sistema de educação para adultos da população rural que está exercendo influência enorme sobre esta comunidade. Desde o seu início este sistema incluiu os jovens, e além da instrução prática que lhes proporcionou tem servido para mostrar que provavelmente o meio mais acertado de introduzir novas práticas na lavoura e no lar rural é ensinando os rapazes e as meninas a praticarem demonstrações que evidenciam claramente as vantagens dos métodos empregados.

O trabalho de extensão tem-se desenvolvido rapidamente em todo o país. Segundo o Dr. C. W. Warburton, Diretor do Serviço de Extensão no Ministério da Agricultura dos Estados Unidos, havia nos diversos condados, a 30 de junho de 1929, cerca de 2.455 pessoas ocupadas como agentes distritais no trabalho de extensão e 1.167 em trabalho de demonstração no lar. Além disso, nos colégios de agricultura, 852 especialistas dedicavam ao trabalho todo o seu tempo, e 202 dedicavam parte de seu tempo, havendo ainda 409 fiscais e ajudantes e 75 funcionários administrativos. O trabalho de extensão recebe também valioso auxílio de dirigentes voluntários nas localidades, que praticam demonstrações e de outras maneiras contribuem a tornar mais produtivo o trabalho de extensão. Durante o ano passado os trabalhadores neste serviço realizaram mais de 40.000 reuniões no intuito de preparar pessoas para assumir

a direção do trabalho nas diversas localidades, e 175.559 prestaram auxílio a agricultores e donas de casa em granjas e fazendas. Sob a direção dos trabalhadores do serviço de extensão, realizaram-se 851.526 demonstrações de resultados executados por agricultores e por mulheres ocupadas na agricultura, demonstrações essas que serviram como lição prática e como estímulo aos seus vizinhos.

No ano passado os agentes distritais cooperaram com os agricultores em levar a cabo um programa de construções em 33.385 comunidades, fizeram mais de 1.435.000 visitas a cerca de 742.000 fazendas, prepararam 275.000 artigos novos para imprensa, celebraram 366.200 reuniões no campo, distribuíram cerca de 4.000.000 de boletins e deram conselhos a mais de 3.000.000 de agricultores que os visitaram. Os agentes de demonstrações nos lares fizeram cerca de 288.000 visitas a 165.000 lares rurais e receberam nos seus escritórios 459.000 visitas e prepararam 84.000 novos itens de formação.

Existe um agente de demonstração no lar em mais da terça parte dos distritos nos Estados Unidos. Mediante instruções recebidas destes agentes, milhares de mulheres nos distritos rurais têm passado a desfrutar uma vida nova. Entre as maiores contribuições que o trabalho de extensão está fazendo às gerações presentes e futuras, figura o trabalho dos clubes dos meninos e meninas, que inculcam nos jovens uma apreciação das possibilidades da agricultura como negócio e como condição satisfatória de vida.

Os fundos federais para o trabalho cooperativo de extensão para o ano de 1930, ascendem a 9.222.893 dolars e os fundos de fontes estaduais a 15.606.038 dolars perfazendo um total de 24.228.931.

O sistema de educação de adultos em agricultura e economia doméstica, estabelecido e desenvolvido nos Estados Unidos durante os últimos 30 anos, é talvez o mais *transcendental esforço feito por povo algum para melhorar a sua situação econômica*, o seu modo de viver e o seu nível de vida. A extensão educativa levantou o véu de ignorância, satisfez ambições, ofereceu um incentivo às pessoas adultas para se aperfeiçoarem na preparação técnica, afim de seguirem a carreira da agricultura e estabelecerem os seus lares. Ampliou os horizontes da nossa população rural, habilitando-a a fazer uma justa apreciação dos progressos da civilização da qual forma parte integrante e habilitou as instituições dotadas com terras públicas e o Ministério de Agricultura dos Estados Unidos a aumentar os seus serviços ao povo em geral».

No Estado de Minas Gerais, na Zona da Mata, alguma coisa já se pode apresentar a respeito desse importante sistema de educação agrícola tão bem organizado em a Nação leader do mundo. A Escola de Viçosa fez diversas tentativas para organizar um serviço de extensão agrícola e algumas foram coroadas de êxito, como a que é muito bem representada pela nossa magnífica Semana do Fazendeiro. Podemos afirmar diante dos grandes resultados colhidos pela ação enérgica da Escola de Viçosa, que essa instituição com o apoio firme do governo, poderá desenvolver no campo da extensão agrícola, uma ação extraordinária em todo Estado, mormente na Zona da Mata, como mostrarei mais adiante no plano que apresento ao julgamento desta Casa.

O Dr. P. H. Rolfs (5) com a sua longa experiência em cousas agrícolas escreveu: «Além dos cursos organizados para alunos matriculados, o Estabelecimento dá instrução aos fazendeiros que o visitam. Instrução tem sido ministrada a milhares de lavradores durante períodos que variam de uma hora, dias e até semanas. Um fazendeiro não procura o Estabelecimento, mesmo por uma hora, se ele não deseja alguma informação que lhe trará valor. Isso irá constituir base para tornar-se mais tarde «cursos para os fazendeiros». O primeiro passo está dado, isto é, os fazendeiros da Zona da Mata têm confiança na Escola. Muitos deles já sabem que os nossos professores possuem conhecimentos de valor e que estão prontos a aconselhá-los».

Hoje podemos dizer, 12 anos depois, que Rolfs deu o primeiro passo, e com ele nós todos vamos continuando a caminhada iniciada, e que bem sabemos, é longa, mas chegaremos ao fim.

A Semana do Fazendeiro, uma das modalidades do serviço de extensão agrícola, foi uma tentativa que venceu, que triunfou e muitos são os lavradores do Estado de Minas, do Estado do Rio e do Espírito Santo, que colhem os benefícios dos ensinamentos recebidos na mesma.

O Dr. Belo Lisboa (6) no trabalho que apresentou à IV Conferência Nacional de Educação, sobre ensino agrícola disse:

«As Escolas de Agricultura de que temos absoluta necessidade são as que se dedicarão inteiramente à vida agrícola da Nação e que se disponham a auxiliar a resolução do formidável número de nossos problemas rurais. Se não tiverem tal ideal firme, não serão de grande valia. Deverão orientar o ensino e os trabalhos experimentais, de acordo com as necessidades agrícolas do povo a que deverão ser-

vir principalmente. Sendo vastíssimo o campo do ensino agrícola, deverá haver o máximo cuidado na organização dos trabalhos, devendo ter preferência os mais urgentes e mais simples.

Se os estabelecimentos se orientarem, respeitando os característicos do povo rural, procurando catequizar-lhe a confiança, firmar-se-ão com relativa facilidade.

Os agricultores se interessarão profundamente pelas escolas de agricultura, e, portanto, pelo ensino agrícola, desde que tenha ele organização de acordo com a prática da profissão agrícola. São eles homens de luta—cultivam e criam, experimentando o peso das dificuldades, de geração em geração, com o fim de adquirirem o necessário para a vida e prosperidade das famílias, exigem, por isso fatos e não aceitam palavras, com facilidade, tendo muito mais habilidade de assimilarem conhecimentos pelos olhos que pelos ouvidos).

Por tudo isso, pelo testemunho de homens experimentados que venho citando, é fácil de verificar a necessidade, a urgência de ir-se ao encontro das populações rurais, se, realmente queremos imprimir desenvolvimento mais eficiente e mais rápido às cousas da lavoura.

Não se faz, a prática tem demonstrado, a reforma da agricultura, sem o concurso do lavrador. As tentativas feitas fracassaram e todas as que se fizerem, seguindo o mesmo processo, fracassarão. A ciência agrônômica deve ser levada ao lavrador, por isso mesmo, é necessário que o técnico entre em contato com os homens do campo. Criar as condições para facilitar essa aproximação do produtor com o técnico e deste com aquele constitui, a meu ver, no momento atual, a melhor e única solução para o nosso problema agrícola—o de fazer o fazendeiro evoluir, aplicando em suas terras as práticas racionais de uma agricultura remuneradora e moderna.

E' ainda o Dr. Belo Lisboa (7) que nos traz a seguinte lição num dos trechos de sua notavel conferência sobre a Semana do Fazendeiro, na Sociedade Nacional de Agricultura:

«Os três anos consecutivos de ação, os resultados práticos que já estamos colhendo, o testemunho geralmente favoravel, dão-nos autoridade para esta comunicação, á benquista Sociedade Nacional de Agricultura e portanto a todo o Brasil, sobre a eficiência da obra e especialmente sobre a possibilidade de resolvermos, *em praso de tempo curto o nosso problema agrícola, desde que sejam chamados á máxima responsabilidade que têm no assunto, os principais interessados—os agricultores, e sejam eles postos*

em condições convenientes de educação e de técnica, (o grifo é nosso)

Não podemos deixar de reconhecer que as tentativas que se têm feito pelo estabelecimento da agricultura científica em nosso meio se orientaram, especialmente, no sentido da reforma por meio de elites, altamente instruídas na ciência agronômica, não havendo preocupação direta com as massas de lavradores, que manuseiam quasi toda a produção nacional e que ainda representam a maior e melhor parte da população brasileira.

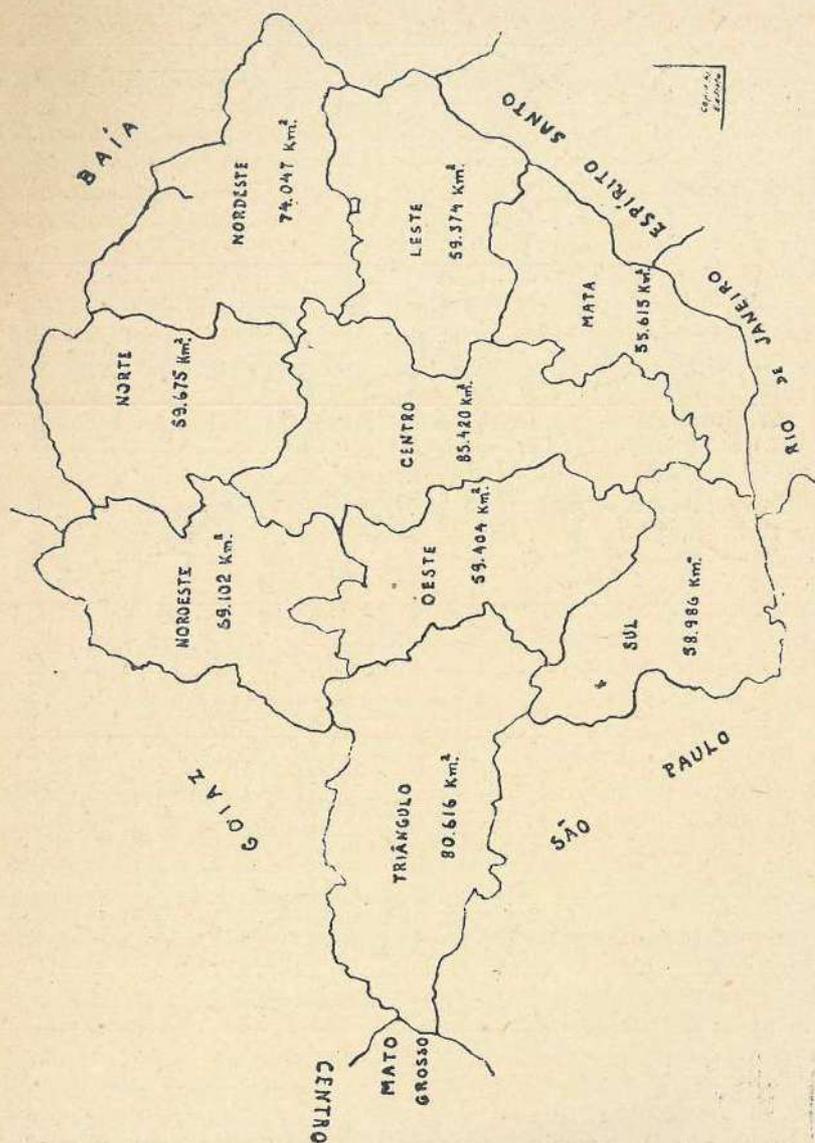
Na verdade, temos nos descuidado de instruir e educar o nosso homem do campo e, por isto, o lastimavel estado em que se encontra, desconhecendo geralmente até os principios básicos de melhorar e defender a saúde, para não falar na ignorância dos conhecimentos elementares indispensáveis à exploração racional da agricultura. Aos que tem contato com as populações rurais, até as que circundam as grandes cidades, é bem conhecido o seu estado de sub-alimentação e completa cegueira técnica e, por isto, a péssima qualidade dos nossos produtos da grande e da pequena lavoura, desde os das hortas, até os da grande produção, como o café, por exemplo, cuja classificação se faz, com a contagem dos defeitos, dando direito ainda, nestes tempos de super-produção, à circulação de materiais que melhor ficariam aplicados na adubação das nossas lavouras, em geral famintas».

Esta norma de ação, esta diretriz que os Ex-Diretores da ESAV seguiram, preparando-a para servir, em 1º. plano, aos interesses diretos da lavoura, vem-nos dar autoridade para afirmar, depois de 12 anos de luta, que a ação da Escola de Viçosa foi eficiente porque serviu com dedicação aos homens da lavoura.

Um serviço de extensão agrícola que se organize com esses mesmos característicos, portanto, com esses mesmos principios e normas estará fadado a triunfo rápido e certo.

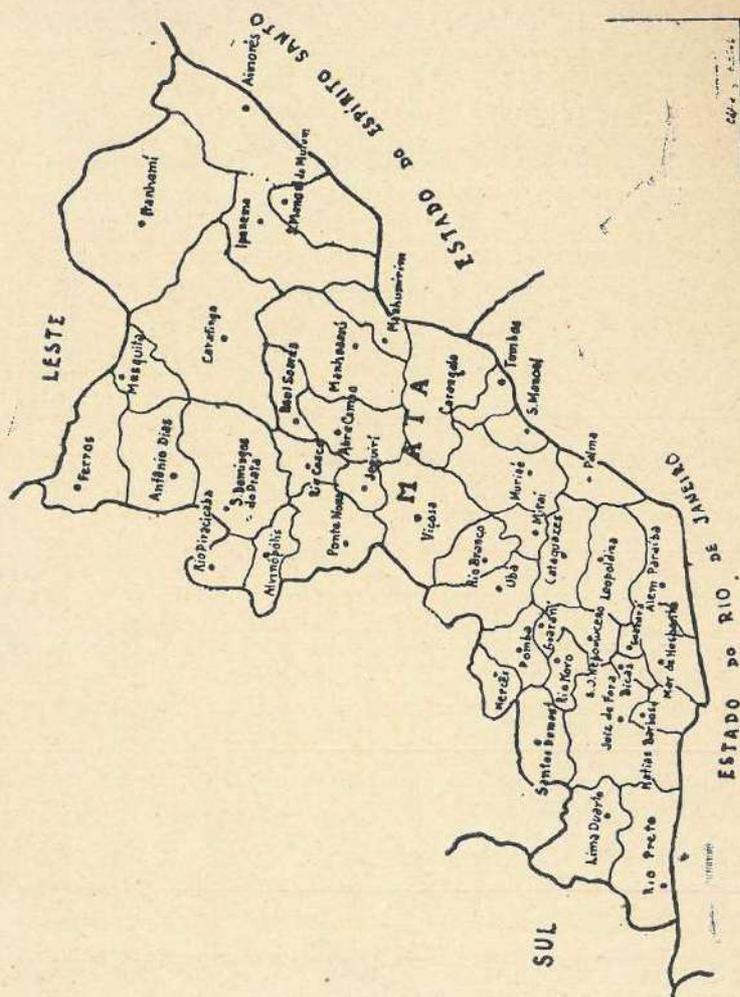
II — Possibilidades da aplicação do serviço de extensão agrícola na Zona da Mata.

O grande Estado de Minas Gerais há muito que está dividido em 9 zonas que são: O Centro, com 85.420 Kms²; de superficie; o Triângulo, com 80.616 Kms²; o Nordeste, com 74.047 Kms²; o Noroeste, com 69.102 Kms²; o Norte, com 59.675 Kms²; o Sul, com 58.986 Kms²; e Mata, com 55.615 Kms². Como se vê a Mata é a menor em superficie, porem, é a segunda zona mais populosa do Estado.



Mapa representativo das 9 zonas do Estado de Minas

A produção agrícola da Zona da Mata é bastante variada. Na exportação do Estado, em produtos de origem vegetal, é a que mais produz e exporta. É a Zona mais agrí-

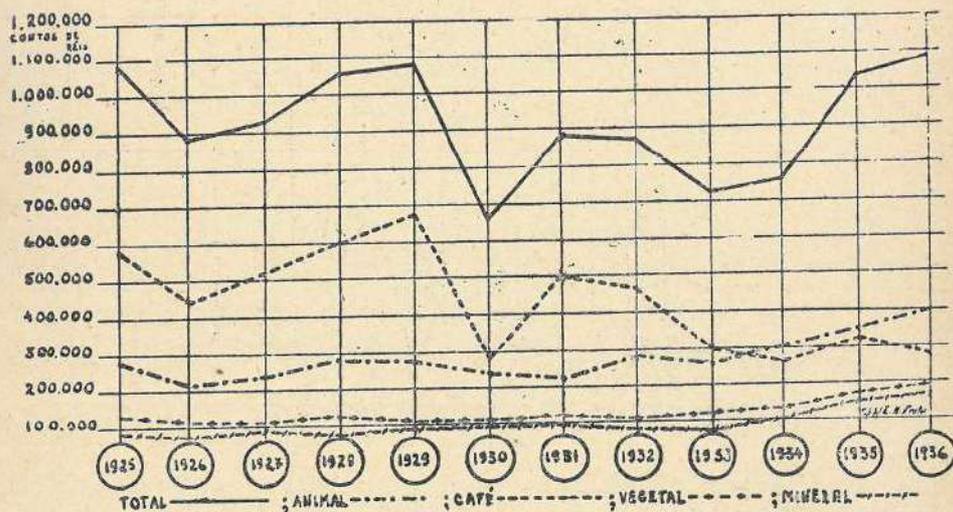


A Zona da Mata com seus Municípios.

cola. O quadro seguinte mostra que dentre as sete culturas mais importantes que tem o Estado, a Zona Mata, tem três primeiros lugares, três segundos e um quarto. Quanto à pecuária, a sua posição dentro do Estado é a seguinte: bovinos, 4.º lugar; porcinos, 2.º lugar; equinos, asininos e muare, 2.º lugar.

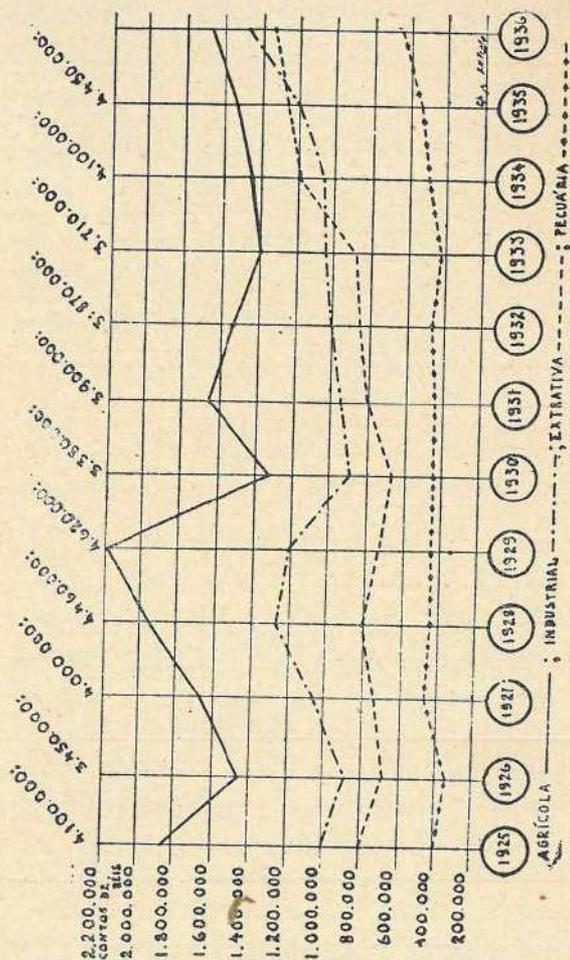
ZONAS	CULTURAS MAIS IMPORTANTES						
	Café	Milho	Cana	Arroz	Feijão	Fumo	ALGODÃO
	LOGAR	LOGAR	LOGAR	LOGAR	LOGAR	LOGAR	LOGAR
Mata	1.	2.	1.	2.	1.	2.	4.
Sul	2.	1.	3.	3.	2.	1.	3.
Leste	4.	6.	5.	6.	5.	4.	7.
Oeste	3.	4.	4.	4.	4.	6.	1.
Norte	9.	9.	8.	8.	8.	5.	8.
Noroeste	8.	8.	9.	9.	9.	9.	9.
Nordeste	7.	7.	7.	7.	7.	8.	6.
Triângulo	6.	5.	5.	1.	6.	7.	5.
Centro	5.	3.	2.	5.	3.	3.	2.

A produção geral do Estado no período de 1925 até 1936, segundo o seu Atlas Econômico (8) foi a seguinte, conforme mostra o gráfico abaixo:



Produção geral do Estado no período 1925-1936

Este gráfico demonstra, elucida que a produção agrícola é a mais importante do Estado. Na exportação geral do Estado, como mostra o gráfico seguinte, vê-se que o primeiro lugar coube aos produtos de origem vegetal.



A exportação do Estado em arroz, feijão, milho e açúcar, mormente dos três primeiros produtos, foi apreciável, como mostra o seguinte gráfico :

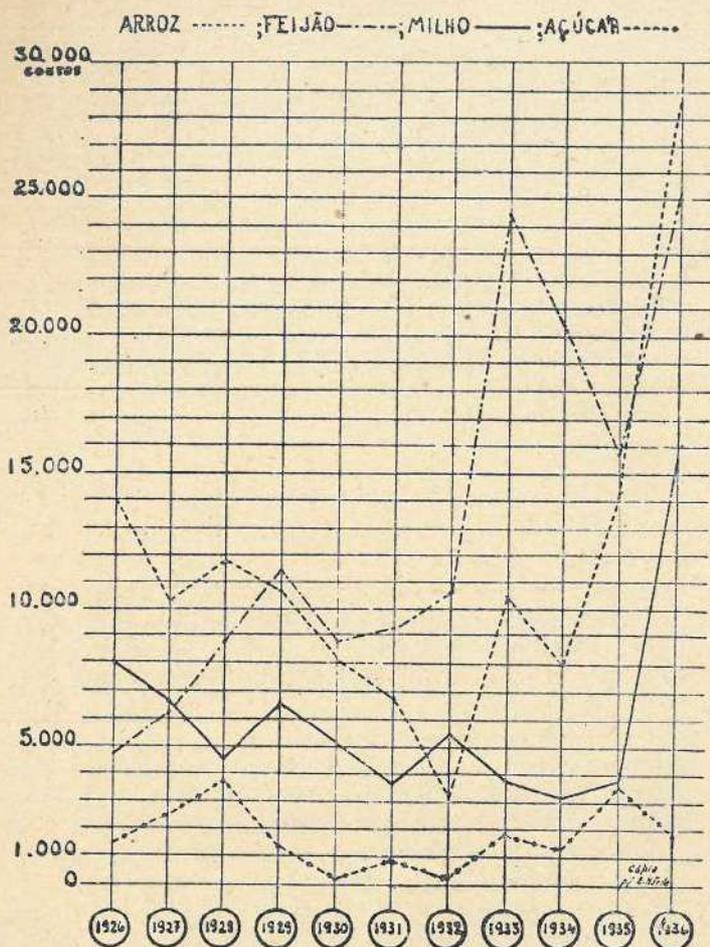


Gráfico demonstrativo da exportação de arroz, feijão, milho e açúcar, no período de 1926-1936

Os três gráficos que assinalamos são de muita importância para o nosso trabalho uma vez que a Zona da Mata é uma Zona de muita agricultura e de muita pecuária, conforme já ficou demonstrado anteriormente.

Muita gente pode perguntar porque não preferi outra Zona do Estado para fazer a tentativa de aplicação do serviço de extensão. Os dados que colhi sobre a Zona da Mata, e mais as seguintes razões que apresento ao julgamento desta Casa, constituirão a resposta àquela pergunta.

Vejamos:

- 1 — Na Zona da Mata acha-se situada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado, a qual, pelo seu Departamento de Educação Agrícola, deverá ter a direção e administração do serviço.
- 2 — As culturas mais importantes do Estado estão situadas na Zona da Mata, ocupando ela, como vimos, 3 primeiros logares (café, cana e feijão); 3 segundos logares (milho, arroz e fumo) e um quarto lugar (algodão). Como é sabido, todas essas culturas são praticadas rotineiramente necessitando o lavrador uma assistência contínua, permanente e sobretudo eficiente. Muitos progressos, muitos melhoramentos tem sido alcançados com essas culturas, porém, a maioria, ou melhor a quasi totalidade dos lavradores dessa zona não tem tido nenhum proveito deles.
- 3 — A pecuária na Zona da Mata é também muito importante e a Escola, tanto na parte zootécnica quanto na de veterinária, poderá dar magnífica assistência e cooperação aos criadores.
- 4 — Os agricultores e os criadores da Zona da Mata, na maioria dos seus municípios, têm grande admiração pela Escola, estando mesmo, alguns deles, perfeitamente identificados com a ação da ESAV.
- 5 — A Escola, com a sua conhecida capacidade de ação, com a experiência que já adquiriu e possui com as cousas da lavoura, e com o seu Departamento de Educação Agrícola, dirigido por um de seus mais habéis professores, está em condições de orientar e dirigir o serviço, colhendo para o mesmo e para a lavoura, muitos resultados práticos e úteis.
- 6 — A Escola possui Seções de Publicidade e Tipografia, as quais com pequeno aparelhamento e em perfeita cooperação com a imprensa das municipalidades poderão editar boletins, circulares e uma série muito importante de artigos sobre lavoura e pecuária, de muita utilidade para os lavradores e criadores.
- 7 — A maioria dos municípios da Zona da Mata está servida por estradas de ferro e, alguns por boas estradas de rodagens, sendo portanto facil a comunicação da sede para com os distritos e também a comunicação intermunicipal.
- 8 — De acordo com as informações colhidas nos questionários enviados aos prefeitos dos 55 municípios que compõem as circunscrições da Zona da Mata, os quais foram

consultados sobre a possibilidade de enviarem, anualmente, à Escola, caravanas de 50 fazendeiros para assistirem aos trabalhos que se processam na mesma, dos 52 que responderam, 35 afirmam, ser isso perfeitamente possível; 4, acham possível, porém, caravanas menores; 4, talvez; e 9, não acham possibilidade.

9— Os professores dos diversos Departamentos da ESAV, em alguns municípios e na maioria deles, poderão dar forte cooperação ao Departamento de Educação Agrícola, tomando parte nas excursões, organização de caravanas, mostruários, exposições, etc.

O Diretor da Escola e alguns alunos, mormente os dos últimos anos de Agronomia e Veterinária poderão exercer acentuada influência nas atividades rurais dos Municípios mais próximos da Escola, dando com isso prestígio e valioso auxílio ao Departamento de Educação Agrícola.

10— As Prefeituras de muitos dos municípios circunscritos, dada a facilidade de comunicação e proximidade dos mesmos com a Escola, poderão mandar, com muita economia, caminhões e automóveis para o transporte do pessoal e do material necessários aos trabalhos de demonstrações nas reuniões com os fazendeiros.

III — Plano do Serviço.

O Governo do Estado de Minas Gerais com o Decreto Lei de n.º 85, (9) de 21 de março de 1938, deu um grande passo para se estabelecer, em princípio, algumas bases para um serviço de extensão agrícola, criando as 26 circunscrições agro-pecuárias em todo o Estado.

Quando tomei conhecimento desse auspicioso fato tive as minhas esperanças aumentadas e logo de início tive grande desejo de emprestar a minha colaboração, modesta embora, para que o Estado colhesse os maiores benefícios do seu Decreto Lei. Em 1939, em palestra com o Dr. Israel Pinheiro, na Fazenda Florestal, palestra esta a que assistiram muitos professores, tive a oportunidade de ouvir de S. Excia., a declaração de ser seu grande desejo, fazer com que as Circunscrições da Zona da Mata (a 2ª, a 4ª, a 5ª, a 6ª, e a 7ª) trabalhassem em cooperação e sob a direção da ESAV. Foi com enorme contentamento, que ouvi esta explicação do Dr. Israel, pois, logo me ocorreu à lembrança, o Serviço Municipal de Agricultura que havia, em companhia do Dr. J. B. Griffing e do Dr. Cyro Moreira (10) organizado para o Município de Viçosa. Lembrei-me naquele instante, dos magni-

ficos resultados que esse serviço vinha colhendo em Viçosa, quando desgraçadamente deixou de existir.

Assim, desde aquele dia de palestra com o Exmo. Sr. Secretário da Agricultura até hoje, têm-me surgido à mente todos os municípios circunscritos da Zona da Mata, com os seus Departamentos Municipais de Fomento à Agricultura em perfeito funcionamento, amparando com muita eficiência, as necessidades dos lavradores, numa demonstração impressionante de prosperidade.

Pelo Decreto Lei nº. 85, na Zona da Mata, foram criadas cinco circunscrições, num total de 42 municípios. Em 17 de XII de 38 (Decreto lei nº. 148, (11) portanto, posteriormente ao decreto nº. 85, com a nova divisão administrativa feita para o Estado — 17 distritos, dos diversos municípios circunscritos, foram elevados à categoria de sede de municípios. Dessa forma, a constituição das circunscrições na Zona da Mata, a que se refere o citado Decreto Lei nº. 85, ficou assim formada:

2a. Circunscrição

Sede -- PONTE NOVA

Municípios: Ponte Nova, Ouro Preto, Mariana, Rio Casca, Piranga, Alvinópolis, Jequerí, Raul Soares, Abre Campo, São Domingos do Prata, Caratinga, Barra Longa, D. Silvério, Matipó e Inhapim.

4a. Circunscrição

Sede — JUIZ DE FORA

Municípios: Juiz de Fora, Matias Barbosa, Lima Duarte, Rio Preto, Mar de Espanha, Bicas, Guarará e São João Nepomuceno.

5a. Circunscrição

Sede — UBÁ

Municípios: Ubá, Rio Novo, Rio Branco, Viçosa, Pomba, Guarani, Mercês, Senador Firmino, Guiricema, Teixeira e Herval.

6a. Circunscrição

Sede — LEOPOLDINA

Municípios: Leopoldina, Cataguazes, Alem Paraíba, Pal-

ma, Muriaé, São Manuel, Mirai, Pirapetinga, Glória e Volta Grande.

7a. Circunscrição

Sede — CARANGOLA

Municípios: Carangola, Tombos, Manhuassú, Manhumirim, Ipanema, São Manuel do Mutum, Espera Feliz, Divino e Laginha.

Em princípio de agosto do corrente ano, por intermédio da Diretoria da Escola, e com o fim de colher alguns dados e algumas informações consideradas necessárias ao presente trabalho, foi enviado aos prefeitos de todos os municípios mencionados, o seguinte questionário:

- 1 — Quantos e quais são os distritos do Município?
- 2 — Quais os distritos servidos por estradas de ferro?
- 3 — Quais os distritos servidos por estradas de rodagens?
- 4 — Qual a distância dos diversos distritos à sede?
- 5 — Quais os distritos de maior importância econômica?
- 6 — Qual foi a arrecadação do município em 1939?
- 7 — Qual foi a despesa da Prefeitura em 1939?
- 8 — Pode informar acerca da situação financeira do Município?
- 9 — Pode informar em quanto importaram as arrecadações estadual e federal, do seu município, em 1939?
- 10 — Pode informar quais as obrigações e contribuições municipais a que estão sujeitos os fazendeiros?
- 11 — Quantas propriedades agrícolas tem o município?
- 12 — Qual a sua maior riqueza?
- 13 — Quais são as cinco culturas mais importantes do Município?
- 14 — Qual a criação mais importante do Município?
- 15 — Quais são as raças de gado, cavalos, porcos, aves, etc., existentes no Município e exploradas economicamente?
- 16 — Recebem os fazendeiros do Município informações sobre agricultura e pecuária?
- 17 — Oferece o Município algumas facilidades aos fazendeiros sobre aquisição de reprodutores, sementes, máquinas agrícolas, inseticidas, etc.?

- 18.— Estão os fazendeiros do Município filiados a alguma associação de classe?
- 19.— Têm os fazendeiros e os criadores do Município concorrido às exposições agrícolas e pecuárias? Pode informar o nome dos fazendeiros e criadores premiados?
- 20.— Há possibilidade do seu Município enviar, anualmente, uma caravana de 50 fazendeiros à Escola para assistir à «Semana dos Fazendeiros»?

No dia 11 de agosto, quando estavam enviando os questionários aos prefeitos, destacamos do “Correio da Manhã”, (13) sobre o título «agrupamentos municipais», um suelto bastante sugestivo e de muita importância na questão que estamos discutindo. O conteúdo do referido suelto é o seguinte:

«Como temos acompanhado com interesse — aliás extranhando, em relação a alguns Estados, — a falta de iniciativa para o agrupamento de municípios, consoante estatue um dispositivo constitucional e de conformidade com a resolução tomada em uma das Conferências de Interventores, não devemos omitir o que já se faz nesse sentido. No Rio Grande do Sul por exemplo, foram convocados oito ou nove municípios, cujos prefeitos realizarão amanhã, na Cidade de Caxias, uma reunião preparatória, com aquele objetivo.

A cooperação inter-municipal, tanto do ponto de vista econômico como em relação à entrosagem administrativa, não poderá deixar de produzir proveitosos frutos. Não se trata apenas de uma centralização de serviços, que facilitará o funcionamento de todas as seções, embora sem prejuízo da operosidade autônoma de cada uma. Maior será a compensação econômica, que tocará a todos os municípios congregados ou consorciados. É o regimen da ajuda-mútua aplicada a todas essas pequenas administrações, que se distribuem pelo país, ainda contaminadas da *doença* regionalista que mata muitas realizações.

Não precisamos lembrar todos os benefícios que decorrem desses consórcios, notadamente na esfera do regimen tributário e na parte referente à construção de estradas de rodagem, nas zonas em que os municípios consorciados têm as suas sedes».

Em 11 de outubro voltava novamete, o “Correio da Manhã”, (14) a insistir sobre o assunto, estampando em suas páginas um novo suelto encimado pelo título “esfriou”, cujos tópicos mais importantes e mais interessantes para nós, são:

«Não se fala em qualquer iniciativa, nos Estados, no sentido de serem organizados agrupamentos municipais, de acordo com um dispositivo constitucional e consoante ficou deliberado, de pedra e cal, nas conferências geo-econômicas. Provela-se a realização de uma excelente medida, muito adaptável ao regimen administrativo em prática e capaz de produzir os melhores frutos. O Brasil possui mais de 1500 municípios. Destes, quantos podem viver por si mesmos, sem sacrificar a economia da zona a que pertencem? Seria muito interessante e instrutivo um estudo que se fizesse para essa averiguação, à luz das cifras orçamentárias de cada uma das pequenas unidades aludidas.

Em regra, a classificação dos municípios é baseada no montante das respectivas receitas e de conformidade com a cifra da população. E' um critério, mas nem sempre certo e muito frequentemente falho. Há no país, municípios pobres que poderiam ser ricos e não poucos oferecem condições de prosperarem, mais ainda.

Contrariamente à possibilidade dessas alternativas, os pobres assim continuam, quando não retrocedem, atingindo maior precariedade, os ricos estacionam, sem embargo de se acharem aparelhados para maiores surtos.

Os consórcios municipais mudariam a situação, estabelecendo a cooperação mútua e o esforço comum dessas unidades administrativas, visando o progresso da zona a que pertencem e na qual vivem isolados e não raro em reciproca e indefensável hostilidade. Tantos seriam os problemas a considerar e resolver, mediante essa comunhão de interesse! Notadamente, em primeiro plano, os econômicos, o do ensino, o da articulação dos transportes, o do recrutamento harmônico do braço necessário ao trabalho rural, assegurado pela equivalência dos salários, além dos outros conexos».

Já, nessa época, recebia a Escola as respostas de alguns questionários enviados aos municípios.

Hoje, já é possível comentar alguns dados e informações contidas nesse questionário, uma vez que já recebemos 52 respostas.

A's primeiras perguntas dos questionários, sobre as arrecadações municipais, federais e estaduais em 1939, as respostas acusaram o seguinte:

Com relação ao número de distritos em cada município, a importância dos mesmos, se são ou não servidos por estradas de ferro e de rodagem, conforme às perguntas 1, 2, 3, 4 e 5, do já citado questionário, o quadro seguinte contém dados os mais uteis.

2a. Circunscrição	N. de distritos em cada município	DISTRITOS SERVIDOS POR ESTRADAS		N. de distritos de mais importância	Distância em quilômetros dos diversos distritos às sedes			
		De ferro	De Rodagem		Menos de 10 km.	Menos de 20 km.	Menos de 30 km.	Mais de 30 km.
Ponte Nova	6	3	6	3	0	1	2	2
Ouro Preto	10	1	9	4	0	1	2	6
Mariana	11	5	7	5	1	4	6	4
Rio Casca	4	2	4	3	0	0	3	0
Piranga	7	0	4	4	0	3	4	?
Alvinópolis	3	0	0	2	0	1	2	0
Jequeri	4	0	4	2	1	2	0	0
Raul Soares	4	2	4	2	0	1	1	1
Abre Campo	4	0	4	2	0	0	2	1
S. D. do Prata	7	0	5	3	0	2	1	?
Caratinga	6	1	4	2	0	1	2	3
Barra Longa	1	0	1	1				
D. Silvério	3	2	3	2	0	1	1	0
Matipó	3	0	3	1	0	2	0	0
Inhapim	4	0	1	1	0	1	1	2
Total	77	16	59	37	2	20	27	21
4a. Circunscrição								
Juiz de Fora	8	5	8	5	0	0	1	6
Matias Barbosa	3	3	3	1	0	1	0	1
Rio Preto	5	1	2	2	1	1	1	1
Lima Duarte	—	—	—	—	—	—	—	—
M. de Espanha	6	3	6	3	1	3	1	0
Bicas	2	2	2	2	0	1	0	0
Guarará	2	0	2	1	0	1	0	0
S. J. Nepomuceno	6	2	6	3	0	4	1	0
Total	32	16	29	17	2	11	4	8
5a. Circunscrição								
Ubá	5	3	5	3	0	3	1	0
Rio Novo	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—	—	—	—
Viçosa	5	3	3	—	0	1	2	1
Pomba	4	2	4	4	0	2	1	0

5a. Circunscrição	N. de distritos em cada município	DISTRITOS SERVIDOS POR ESTRADAS		N. de distritos de mais importância	Distância em quilômetros dos diversos distritos às sedes			
		De ferro	De Rodagem		Menos de 10 Km.	Menos de 20 Km.	Menos de 30 Km.	Mais de 30 Km.
Guaraní	1	1	—	—	—	—	—	—
Mercês	1	1	1	—	—	—	—	—
S. Firmino	3	0	2	2	0	1	1	0
Guiricema	3	0	3	—	0	2	0	0
Teixeiras	2	1	2	2	0	1	0	0
Herval	2	0	2	1	0	0	0	1
Total	26	11	22	12	0	10	5	2
6a. Circunscrição								
Leopoldina	7	4	7	5	—	—	—	—
Cataguazes	6	4	6	3	0	3	2	0
Alem Paraíba	3	1	3	3	0	0	1	1
Palma	7	4	7	2	—	2	2	—
Muriaé	7	2	7	4	0	2	3	1
S. Manuel	2	1	2	1	0	0	1	0
Mirai	2	1	2	1	0	0	1	0
Recreio	3	2	3	3	1	1	0	0
Laranjal	2	0	2	1	0	1	0	0
Pirapetinga	1	1	1	1	0	0	0	0
Glória	2	0	2	1	0	1	0	0
Volta Grande	4	3	4	2	0	3	0	0
Total	43	23	46	27	1	13	10	2
7a. Circunscrição								
Carangola	4	2	4	2	0	2	0	1
Tombos	2	1	2	1	0	0	1	0
Manhuassú	7	1	7	2	0	0	3	3
Manhumirim	3	2	3	2	1	0	0	1
Ipanema	4	0	3	2	0	1	1	1
S. M. do Mutum	5	0	5	2	0	2	1	1
Espera Feliz	3	3	3	2	1	0	1	0
Divino	2	0	2	2	1	0	1	0
Laginha	2	0	2	2	0	1	0	0
Total	32	9	31	17	3	6	8	7

Total de cada circunscrição e de toda zona circunscrita:

Circunscrições	N. de distrito em cada circunscrição	DISTRITOS SERVI- DOS POR ESTRADAS		N. de distritos de mais importância	Distância em quilômetros dos diversos distritos às sedes			
		De ferro	De Rodagem		Menos de 10 Km.	Menos de 20 Km.	Menos de 30 Km.	Mais de 30 Km.
2ª. Circunscrição	77	16	59	37	2	20	27	21
4ª. «	32	16	29	17	2	11	4	8
5ª. «	26	11	22	12	0	10	5	2
6ª. «	48	23	46	27	1	13	10	2
7ª. «	32	11	31	17	2	16	8	7
TOTAL	215	77	187	110	7	70	54	40

O número de propriedades agrícolas nos diversos municípios das circunscrições é de 57.014, sendo 22.024, na circunscrição de Ponte Nova; 9.350, na de Juiz de Fora; 16.542, na de Ubá; 16.927 na de Leopoldina e 16.171 na de Carangola.

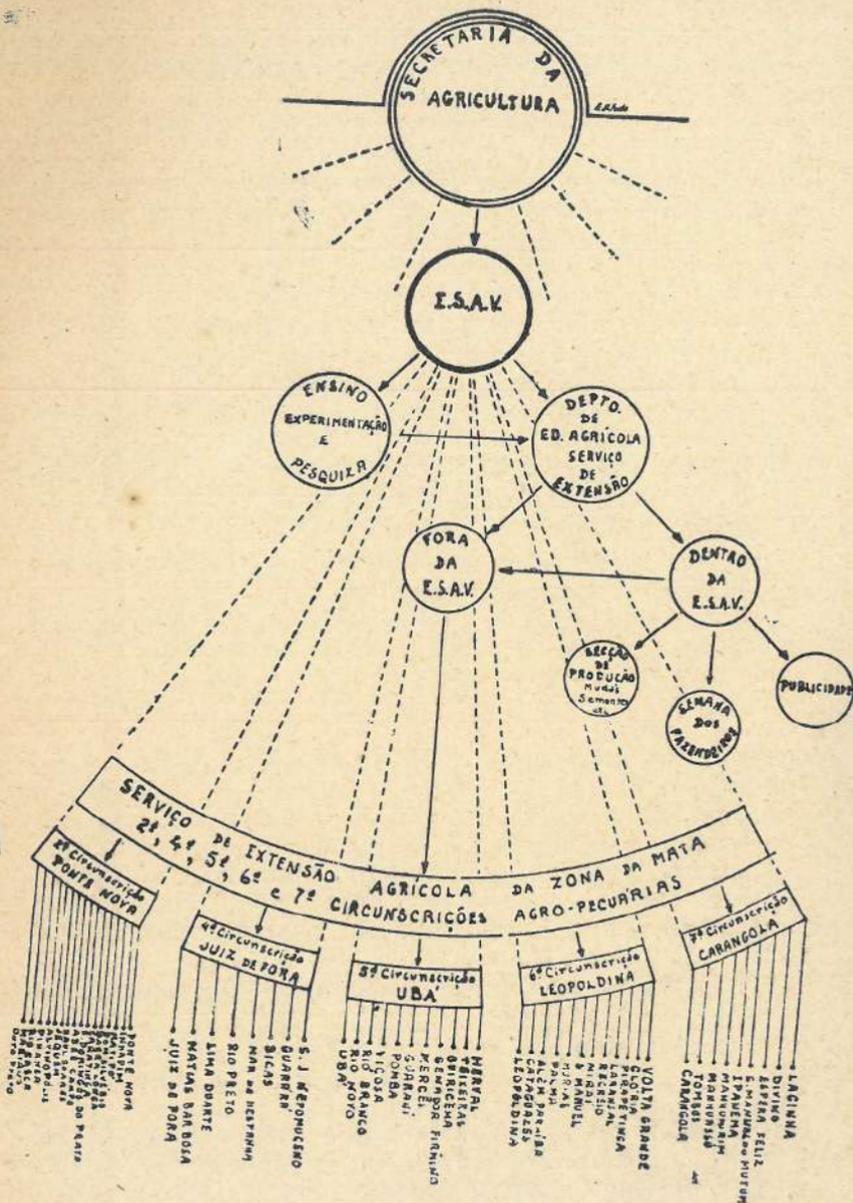
A não ser o município que é sede de circunscrição e que é servido pelo Agrônomo e pelo Veterinário com o seu técnico ajudante, nenhum outro município tem organizado um serviço de informações agrícolas para os fazendeiros.

O questionário revelou este dado, razão pela qual julgo que o serviço estadual das circunscrições agro-pecuárias, pode dar ótimo resultado na prática, desde que o mesmo tenha o apoio das Municipalidades, em perfeita cooperação com o Município que serve de sede à circunscrição. Muitos outros dados interessantes fornece o questionário, porem, os que foram aproveitados dão margem para uma análise e um estudo bem profundo, suficiente, para julgar da importância da zona e de seu futuro promissor na economia do Estado.

Nome do Município	Arrecadação municipal em 1939	Despesa municipal em 1939	Saldo. Período de 1939-1940	Arrecadação estadual de 1939 em cada município	Arrecadação federal de 1939 em cada município
2a. Circunscrição					
Ponte Nova	931:000\$000	821:078\$100	103:921\$900	2.130:000\$000	980:000\$000
Ouro Preto	353:696\$400	353:696\$900	—	927:786\$700	314:204\$400
Mariana	339:745\$400	335:920\$300	3:439\$100	593:534\$000	259:253\$500
Rio Casca	441:745\$800	537:031\$300	—	756:376\$900	149:537\$300
Piranga	241:028\$500	239:809\$200	1:219\$300	625:901\$400	165:703\$575
Alvinópolis	89:444\$300	84:592\$000	4:852\$300	201:371\$000	40:626\$500
Jequeri	136:269\$600	159:915\$500	—	267:000\$000	127:007\$200
Raul Soares	231:379\$500	229:671\$000	2:218\$500	825:000\$000	59:600\$000
Abre Campo	111:380\$634	94:265\$500	17:115\$134	331:479\$200	83:000\$000
S. D. do Prata	153:907\$300	153:907\$300	—	329:600\$000	247:371\$000
Caratinga	560:114\$600	576:185\$949	—	1.288:072\$400	—
Barra Longa	90:872\$600	74:934\$900	15:847\$700	165:407\$900	—
D. Silvério	116:000\$000	96:000\$000	20:000\$000	202:000\$000	—
Matipó	110:000\$000	110:110\$000	—	340:000\$000	—
Inhapim	243:901\$100	194:523\$400	49:377\$700	457:500\$000	—
Total	4.150:985\$734	4.061:641\$349	217:991\$634	9.441:029\$500	2.426:303\$475
4a. Circunscrição					
Juiz de Fora	4.876:066\$200	5.577:613\$600	—	7.147:395\$200	8.600:094\$400
M. Barbosa	144:439\$600	149:594\$000	—	581:635\$600	710:653\$900
L. Duarte	—	—	—	—	—
Rio Preto	223:354\$700	203:410\$800	19:943\$900	691:300\$400	159:723\$500
M. de Espanha	269:251\$400	268:642\$619	609\$281	1.675:277\$400	980:000\$000
Bicas	166:265\$400	134:819\$300	31:446\$100	616:823\$700	—
Guarará	88:870\$300	102:589\$900	—	171:707\$100	48:582\$300
S. J. Nepomuceno	412:612\$700	365:968\$700	46:644\$000	840:000\$000	657:043\$000
Total	6.180:860\$300	6.802:638\$919	98:643\$281	11.724:139\$400	11.156:097\$100
5a. Circunscrição					
Ubá	600:536\$200	567:148\$400	33:387\$800	1.384:628\$600	—
Rio Novo	—	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—
Viçosa	353:408\$100	365:267\$240	—	—	—
Pomba	268:843\$200	278:039\$100	—	965:783\$600	—
Guarani	91:147\$100	107:089\$100	—	232:690\$700	76:450\$000
Mercês	133:516\$300	120:656\$900	12:860\$400	313:627\$100	101:596\$900
S. Firmino	118\$000	118\$000	—	260:000\$000	—
Guiricema	114:800\$000	114:255\$000	545\$000	201:076\$500	—
Teixeira	161:504\$300	—	—	274:373\$400	—
Herval	164:984\$700	129:000\$150	35:980\$550	313:203\$500	—
Total	1.888:857\$900	1.681:573\$890	82:773\$750	3.945:388\$400	178.046\$900
6a. Circunscrição					
Leopoldina	565:057\$100	525:616\$500	39:440\$600	1.066:154\$900	1.138:000\$000
Cataguazes	530:347\$800	558:474\$700	—	998:872\$100	630:608\$500
Alem Paraíba	498:611\$300	548:586\$400	—	400:000\$000	100:000\$000
Palma	194:089\$800	189:693\$100	4:396\$700	1.143:077\$100	254:931\$200
Muriae	526:618\$200	—	—	330:858\$100	82:092\$800
S. Miguel	129:706\$600	143:860\$500	—	296:402\$000	1.198:402\$000
Mirai	196:550\$000	198:524\$400	—	221:232\$300	—
Recreio	135:110\$000	91:928\$600	43:182\$200	139:000\$000	—
Laranjal	73:618\$900	58:728\$600	14:890\$300	180:834\$000	—
Pirapetinga	105:835\$000	105:835\$000	—	222:678\$900	—
Glória	134:540\$000	113:054\$300	21:485\$300	250:000\$000	—
Volta Grande	105:313\$100	95:010\$500	10:302\$600	—	—
Total	3.195:397\$800	3.629:312\$600	133:697\$700	5.249:109\$400	3.404:034\$500
7a. Circunscrição					
Carangola	505:576\$300	500:603\$200	4:973\$100	1.363:814\$800	439:306\$600
Tombos	227:294\$400	228:313\$700	—	429:996\$900	130:000\$000
Manhuassú	429:048\$600	405:881\$300	23:167\$300	855:064\$800	256:345\$700
Manhumirim	380:421\$100	401:823\$600	—	670:000\$000	150:898\$600
Ipanema	365:691\$400	393:958\$200	—	97:376\$200	574:806\$600
S. M. do Mutum	138:063\$400	159:213\$200	10:517\$300	356:281\$800	49:371\$100
Espera Feliz	179:779\$800	169:262\$500	15:153\$300	350:159\$400	18:050\$800
Divino	112:044\$500	96:891\$200	—	303:616\$200	—
Laginha	193:700\$000	142:000\$000	51:700\$000	308:104\$200	—
Total	2.531:619\$500	2.497:946\$900	105:511\$000	4.734:414\$300	1.618:779\$400

O quadro seguinte dá o resultado geral de todo o movimento financeiro de cada circunscrição e o total geral de todas

Circunscrições	Totais municipais Arrecadados em 1939	Totais municipais gastos em 1939	Totais dos saldos municipais em 1939	Totais estaduais arrecadados em 1939	Totais Federais arrecadados em 1939
2a. Circunscrição	4.150:605\$234	4.057:641\$639	217:991\$634	9.441:029\$500	2.426:603\$475
4a. "	6.180:860\$700	6.782:638\$919	98:643\$281	11.724:139\$400	11.156:077\$100
5a. "	2.008:739\$900	1.799:459\$890	82:773\$750	3.945:388\$400	178:046\$900
6a. "	3.195:398\$600	3.244:008\$600	133:698\$100	5.249:109\$400	3.404:034\$500
7a. "	2.531:619\$500	2.497:946\$900	105:614\$000	4.734:414\$300	1.618:779\$400
TOTAL	18.067:233\$934	18.381:695\$948	638:720\$765	35.094:081\$000	18.783:541\$375



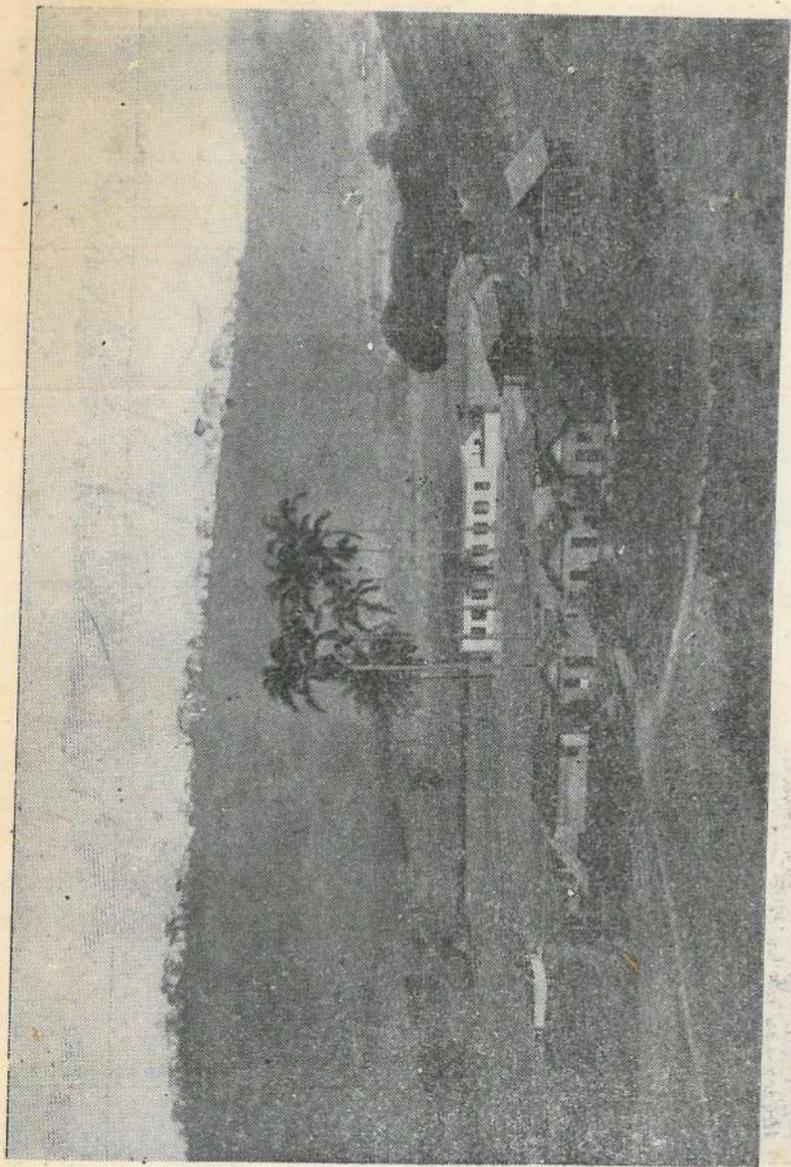
Constituição das Circunscrições da Zona da Mata
 Esquema geral da organização do Serviço em relação à ESAV.

Assim sendo, diante das considerações feitas, julgo perfeitamente possível estabelecer-se um plano para organizar na Zona da Mata um serviço de extensão agrícola. Esse plano poderá concretizar-se numa estupenda realidade, uma vez que forem tomados na devida consideração os seguintes pontos:

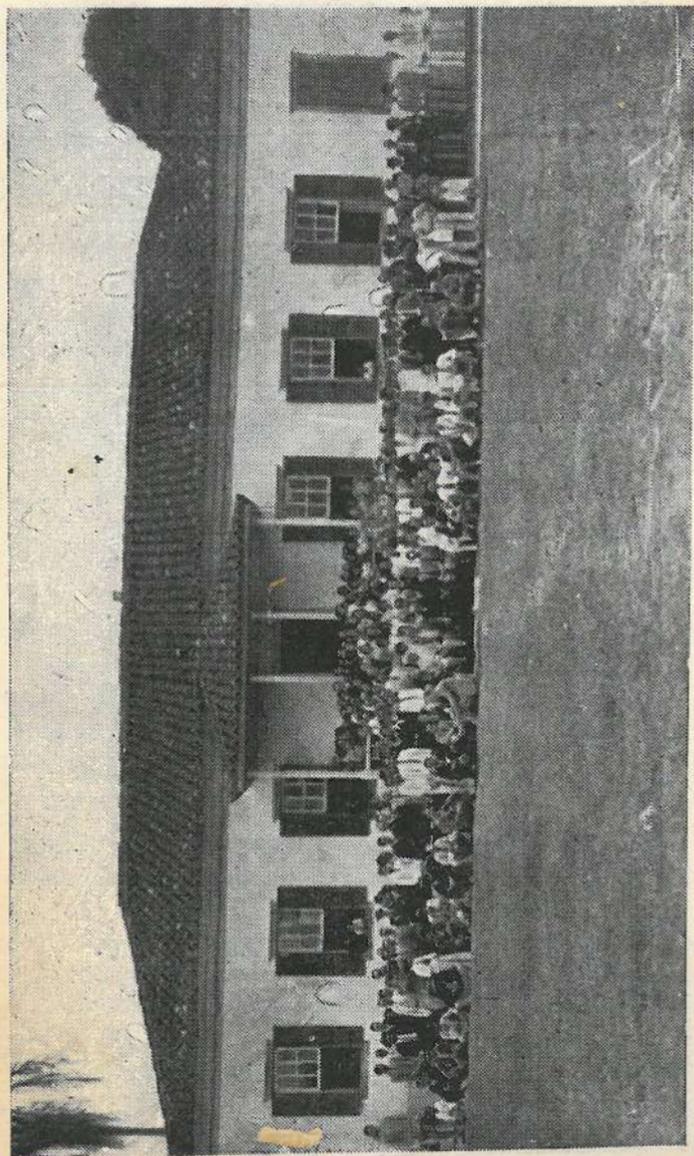
- 1 — Promover, com a maior urgência possível, uma reunião dos Prefeitos dos Municípios da Zona da Mata, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Esta reunião, feita sob a presidência do Snr. Secretário da Agricultura ou de seu representante, contará com o apoio da Diretoria da ESAV. e de todo corpo docente da mesma.
- 2 -- Nessa reunião, todos os planos, todas as sugestões e todos os problemas, deverão ser expostos aos Prefeitos, assim como as informações mais necessárias para que os mesmos possam julgar da viabilidade da organização do serviço em seu Município, devendo ficar aprovados, além de outros, os seguintes pontos:
 - a) O serviço funcionará em toda Zona da Mata sob a direção do Departamento de Educação Agrícola da ESAV. (Ver esquema geral)
 - b) O serviço será mantido pela cooperação dos três poderes: o federal, o estadual e o municipal. Uma vez que o Estado já auxilia, garantindo o funcionamento das circunstâncias, gastando com o pessoal das mesmas 200:000\$000, com o pessoal do Departamento de Educação Agrícola e com outras despesas na ESAV, os outros poderes: o federal e o municipal deverão também emprestar-lhe o seu auxílio. O municipal, votando a verba necessária para pagamento do técnico agrícola que será o responsável pelo *Serviço Municipal de Fomento à Agricultura* e outras pequenas despesas desse Serviço. O federal contribuindo, auxiliando com máquinas, inseticidas, fungicidas, sementes, reprodutores, mudas, utensílios diversos para a lavoura e veterinária, pessoal, etc., ou então, com auxílio monetário.
 - c) Os Prefeitos deverão autorizar a Escola, por intermédio do Departamento de Educação Agrícola, a fazer a compra de 200 extintores Werneck e 200 trados e mais o inseticida necessário à matança da saúva. São 197 os distritos em toda Zona e sou de opinião, que, cada distrito deverá ter o aparelhamento necessário à matança da saúva para demonstração nas reuniões com os fazendeiros, ou então, para atender pedidos dos mesmos, em suas fazendas.

- d) Os Prefeitos deverão mandar à Escola um trabalhador rural, de cada distrito de seu Município, para receber ensinamentos sobre o processo racional de matar a sauva. Deverá ser este homem inteligente, cuidadosamente escolhido para o ofício, o qual prestará grandes serviços aos fazendeiros na exterminação da sauva.
- e) As Prefeituras fornecerão aos lavradores o seguinte material: inseticidas, máquinas, trados e outros utensílios para combater a sauva, pelo preço de custo, podendo os fazendeiros usar o prático do distrito, correndo neste caso, as despesas de transporte do referido prático, por conta do fazendeiro.
- f) O Chefe do Departamento de Educação Agrícola, na reunião inicial dos Prefeitos, apresentará um plano para aquisição de máquinas e utensílios diversos à lavoura, devendo ficar o mesmo aprovado.
- g) Para iniciar o serviço e para que o Chefe do Departamento de Educação Agrícola possa imprimir uma orientação firme e segura ao mesmo, os Prefeitos, nessa primeira reunião, votarão, um auxílio que poderá ser de 2 contos, por ex., por Prefeitura, excetuando-se a prefeitura sede de circunscrição que deverá contribuir com 5 contos, em virtude de gosar do auxílio do Governo Estadual que mantém, na mesma, o agrônomo, o veterinário e a circunscrição devidamente aparelhada.
- h) Este auxílio das Prefeituras sedes (25:000\$000) deverá ser empregado na aquisição de papel para impressão de circulares e boletins sobre agricultura e veterinária que servirão para todas as Prefeituras. Todo o dinheiro deverá ser encaminhado à Escola ficando sob a responsabilidade da mesma para ser empregado, exclusivamente, em atender ao Departamento de Educação Agrícola no que diz respeito ao serviço de extensão agrícola na Zona da Mata.
- i) Cada Prefeitura criará seu Serviço Municipal de Fomento à Agricultura, Serviço que será organizado e dirigido por um técnico agrícola que trabalhará sob a orientação do agrônomo e do veterinário de cada sede de circunscrição (Ver esquema geral).
- j) Os técnicos agrícolas serão indicados pela Escola e estes, antes de assumirem as suas funções deverão fazer um rápido estágio na Escola (pelo menos de um mês) recebendo aulas, por conseguinte, instruções detalhadas sobre a conduta e algumas normas que deverão seguir no exercício de suas funções no Serviço Municipal de Fomento à Agricultura.

- 3.—Cada Prefeitura decretará a criação do Serviço Municipal de Fomento à Agricultura obedecendo os decretos aos itens seguintes:
- A—Criando o Serviço Municipal de Fomento à Agricultura que funcionará em local escolhido, na sede do Município, com ramificações nos distritos por intermédio dos fiscais distritais e outros funcionários designados pelo Prefeito.
- B—Ao Serviço Municipal de Fomento à Agricultura competirá:
- a) Agir em cooperação com o Departamento de Educação Agrícola da ESAV. e com a sede da..... circunscrição em.....e cooperar com os serviços federais de fomento à agricultura.
 - b) Dar assistência técnica à lavoura.
 - c) Providenciar a compra e venda de máquinas e aparelhamentos diversos para lavoura e pecuária.
 - d) Organizar mostruários nas sedes da municipalidade.
 - e) Combate à saúva.
 - f) Introduzir no município variedades novas de plantas e sementes selecionadas.
 - g) Organizar a produção em moldes cooperativistas.
 - h) Organizar conferências e exposições municipais.
 - i) Fomentar o reflorestamento.
- C—O Serviço Municipal de Agricultura será dirigido por um técnico agrícola com os vencimentos anuais mínimos de 6.000\$000 (seis contos de réis), e com as seguintes funções:
- A—Estudar as condições das diferentes zonas do Município, afim de que os fazendeiros façam melhor aproveitamento, das mesmas, pelo emprego das melhores plantas em suas culturas.
- B—Visitar intensivamente as fazendas afim de assegurar a assistência técnica indispensavel ao fazendeiro;
- C—Promover reuniões dos fazendeiros em distritos e em sedes dos municípios, ministrando em tais ocasiões ensinamentos sobre:
- a) Emprego de máquinas agrícolas;
 - b) Preparo do solo e cultivos;
 - c) Escolha de semente e de variedades. Seleção;
 - d) Melhores épocas e melhores métodos de plantio;
 - e) Combate à saúva;
 - f) Combate às doenças e pragas das plantas e dos animais;



FAZENDA DA LIBERDADE — Esta fazenda pertence à tradicional família Reis do município de Ubá, no distrito de Carlos Peixoto Filho. No dia 2 de Outubro de 1938, desenrolou-se nessa fazenda um grande acontecimento relativo ao serviço de extensão agrícola, com a presença, na mesma, de uma caravana de professores e alunos da ESAV, chefiada pelo seu diretor. A história da lavoura de Minas, com o correr dos anos, haverá de fazer justiça àquela ação da ESAV, naquele luminoso dia de sua gloriosa existência e de inteira dedicação à lavoura de Minas, tão bem representada nas pessoas dos dignos e honrados lavradores de Ubá.

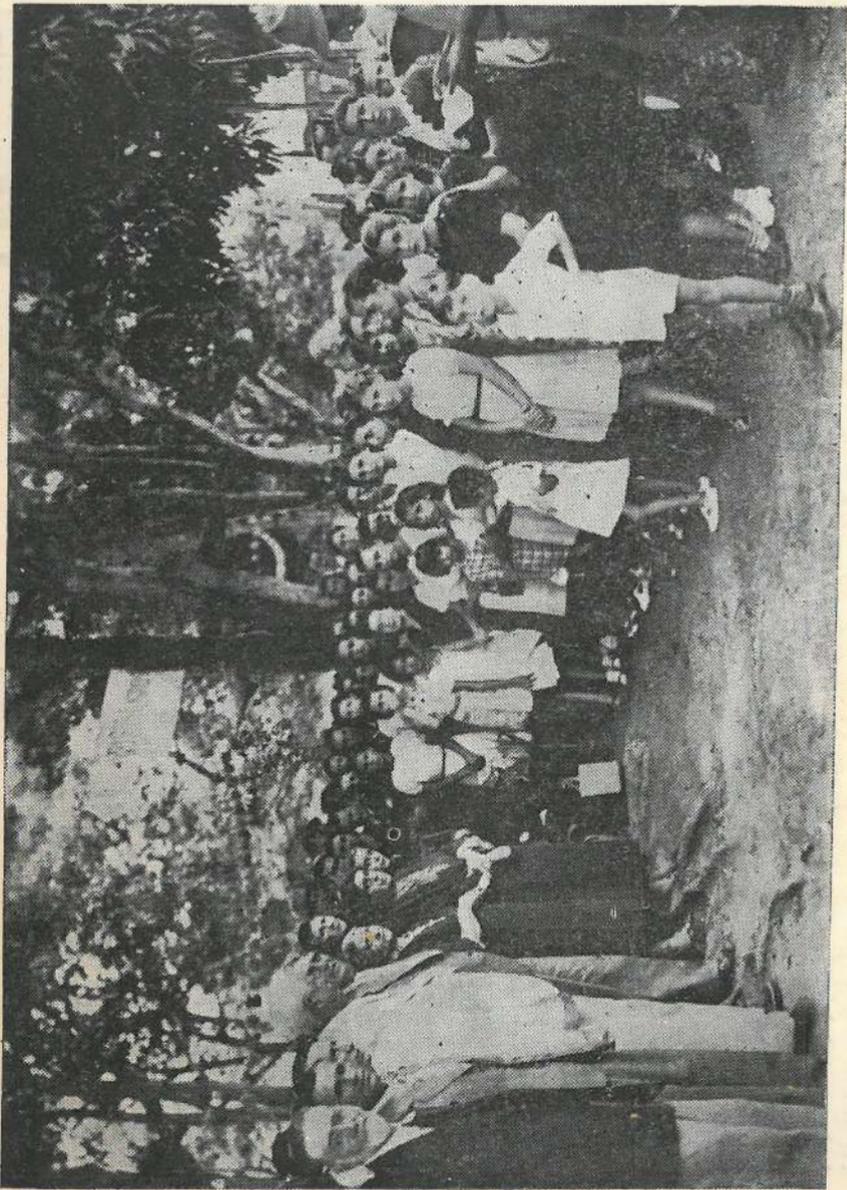


FAZENDA DA LIBERDADE — Grupo de pessoas presentes a reunião de 2 de Outubro de 1938, na qual foram ministrados proveitosos ensinamentos para fazendeiros.



FAZENDA DA LIBERDADE — Plantio da Árvore da Amizade, árvore que a ESAV levou e plantou no terreno da Fazenda da Liberdade, como um marco indestrutível que ligará para todo o sempre, a lavoura dessa região da Mata e de toda Minas Gerais com a sua Escola Superior de Agricultura e Veterinária.

Na fotografia estão os Drs. P. H. Rolfs e J. B. Griffing, ex-diretores da ESAV, que ficaram vivamente impressionados com os acontecimentos daquele dia.



FAZENDA DA LIBERDADE — Aula sobre jardinagem e horticulultura dada a um grupo de senhoras e senhoritas, pelo professor G. Corrêa. Esta aula teve a assistência do Dr. Rolis e do Dr. Griffing, além de outras pessoas influentes.

- g) Preparo de hortas e plantio de árvores frutíferas e de essências florestais;
 - h) Alimentação dos animais domésticos e outros pontos indispensáveis à criação lucrativa dos mesmos;
 - i) Curtimento de adubos. Emprego de adubos verdes.
 - j) Controle à erosão.
- D—Publicar na imprensa local informações, dados, recomendações e outros assuntos de interesse para os lavradores e criadores.
- E—Conduzir fazendeiros à Escola durante a semana dos fazendeiros ou em qualquer época.
- F—Distribuir publicações aos fazendeiros.
- G—Trabalhar no sentido de dar cabal desempenho ao Serviço Municipal de Fomento à Agricultura, de acordo com o item 2.
- H—Fazer relatórios mensais, enviando dados e qualquer outra informação para a imprensa ou para a Rádio Inconfidência do Estado.
- 4—A Prefeitura poderá baixar um regulamento para reger o funcionamento do Serviço, de acordo com o Departamento de Educação Agrícola da ESAV.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — Hill, I. W. — Clubs Agrícolas de Jovens — N.º. 17 — União Pan-Americana — Novembro de 1927.
- 2 — Pinheiro, J. e Carmo, G. — O Estado Moderno e a Agricultura, de A. — pag. 51 — 1908.
- 3 — Howard, H. L. — As Escolas de Agricultura e sua influência na vida rural — N.º. 39 — União Pan-Americana — Setembro de 1931.
- 4 — Shinn, E. H. — Munford, F. B. — Simons, J. B. — Croy, O. C. e Lane, C.H. — Documentos relativos à Conferência Interamericana de Agricultura, Silvicultura e Indústria Animal — Set. de 1930.
- 5 — Rolfs, P. H. — Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais — Bol. N.º. 26 — União Pan-Americana — Maio de 1929.
- 6 — Belo Lisboa, J. C. — O Ensino Agrícola — Conferência realizada em sessão da IV Conferência Nacional de Educação no Rio de Janeiro.
- 7 — Belo Lisboa, J. C. — A «Semana dos Fazendeiros» no Es-

tado de Minas Gerais — Conferência realizada na Sociedade Nacional de Agricultura em 1931.

- 8 — Atlas Económico do Estado de Minas Gerais, 1939.
- 9 — Decreto n.º 85, de 21 de Março de 1938, do Estado de Minas Gerais
- 10 — J. B. Grifing, G. Corrêa e C. Moreira — Serviço Municipal de Agricultura para o Município de Viçosa (Arquivos da ESAV.) — 1937.
- 11 — Decreto Lei n.º. 148 — 17 de 12 de 1938, do Estado de Minas Gerais.
- 12 — Correio da Manhã de 11 de Agosto de 1940.
- 13 — Correio da Manhã de 11 de Novembro de 1940.

REMEDIOS VETERINARIOS



Vaccinas "BEHRING" Contra

GARROTILO
CHOLERA AVIARIA
VARIOLA DAS AVES
CARBUNCULO HEMATICO
DIARRHEA DOS BEZERROS
CARBUNCULO SYMPTOMATICO
PNEUMOENTERITE DOS LEITÕES

CAIXA POSTAL 560

RUA D. GERARDO N.º 42 — RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÕES COM A CHIMICA » *Bayer* « LTDA.